

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

CESAR EPITÁCIO MAIA

Secretaria Municipal de Educação

SONIA MARIA CORRÊA MOGRABI

Subsecretaria

ROJANE CALIFE JUBRAM DIB

Chefia de Gabinete

MARIZA LOMBA PINGUELLI ROSA

Assessoria Especial

SYLVIA REGINA DE MORAES ROSOLEM

Assessoria de Comunicação Social

LÉA MARIA AARÃO REIS

Assessoria Técnica de Planejamento

LUIZA DANTAS VAZ

Assessoria Técnica de Integração Educacional

PAULO CESAR DE OLIVEIRA REZENDE

Assessoria Técnica de Informática

MARCELO DE LIMA CASTELLO BRANCO

Departamento Geral de Educação

SONIA MARIA MALTEZ FERNANDEZ (in memoriam)

LENY CORRÊA DATRINO

Departamento Geral de Administração

LUCIA MARIA CARVALHO DE SÁ

Departamento Geral de Recursos Humanos

MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE TAVARES

Departamento Geral de Infra Estrutura

JOSÉ MAURO DA SILVA

Redação Final

LEILA DE MACEDO VARELA BLANCO
SONIA MARIA MALTEZ FERNANDEZ

Agradecimentos

À CLASSE ANEXA DO PEJ II PELA CESSÃO DA IMAGEM.

Créditos Técnicos

Coordenação Técnico-Pedagógica

LENY CORRÊA DATRINO
MARILA BRANDÃO WERNECK
NUVIMAR PALMIERI MANFREDO DA SILVA
LEONOR CHRISMAN DE MACEDO
MARIA ALICE OLIVEIRA DA SILVA
CARLA FARIA PEREIRA

Equipe de Apoio

MARILENE MARTINS DE CARVALHO BARBOSA
THEREZINHA MIRANDA
GIULIANA DIETRICH CARVALHO PIMENTEL

Supervisão e Produção Gráfica

GRÁFICA IMPRINTA EXPRESS

Criação de Capa e Projeto Gráfico

TELMA LÚCIA VIEIRA DÁQUER

Fotografia

ARQUIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Editoração Eletrônica

GRÁFICA IMPRINTA EXPRESS

Fotolito

GRÁFICA IMPRINTA EXPRESS

Impressão

GRÁFICA IMPRINTA EXPRESS

Aos professores da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro

Em 1996, o Núcleo Curricular Básico MULTIEDUCAÇÃO foi encaminhado a toda Rede Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro, tendo como pressuposto “lidar com os múltiplos universos que se encontram na escola” (NCBM, p.108), buscando a unidade na diversidade.

Na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, procuramos desenvolver um trabalho de qualidade, promovendo a aprendizagem e privilegiando uma proposta que traz para dentro da escola a vida, o dia-a-dia, o mundo. Esse mundo passa por constantes transformações e a escola precisa acompanhar essas mudanças. Por isso, a necessidade de atualização do Núcleo Curricular Multieducação, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais em seus Princípios Éticos, Estéticos e Políticos.

Fazemos parte da história da educação da Mega - Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. História de uma rede coordenada por uma Secretaria Municipal de Educação, formada por 10 Coordenadorias Regionais de Educação, abrangendo 1054 Unidades Escolares, 193 Creches, 20 Pólos de Educação Pelo Trabalho, 9 Núcleos de Artes, 12 Clubes Escolares, 1 Centro de Referência em Educação Pública e 1 Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos, compreendendo funcionários, professores e alunos.

É uma história marcada por lutas, sonhos, projetos e que vem objetivando a garantia do acesso, permanência e êxito escolar de todas as crianças que, enquanto alunos desta rede, têm o direito à livre expressão, à interação com os seus pares, ao diálogo com os professores, direção e outros profissionais, exercitando assim a sua cidadania.

Acreditando na democracia é que optamos pela valorização da representatividade como um dos eixos desta gestão, identificada na formação de diversos grupos: Conselho Diretor, Conselho de Professores,

Conselho Escola-Comunidade, Grêmios, Comissão de Professores e Representantes dos Coordenadores Pedagógicos. Dessa forma, estabelecemos com a comunidade escolar um processo dialógico, desde 2001. Foram ouvidas múltiplas vozes: da comunidade escolar e das Coordenadorias Regionais de Educação. Expectativas, conceitos, críticas e sugestões foram apresentadas. Foi nosso objetivo instaurar um tempo de gestão participativa, valorizando as muitas experiências que emergem do campo, as histórias do cotidiano dos diversos atores envolvidos no cenário educacional.

A partir dos encontros com esses diferentes segmentos, várias sugestões de temas para a atualização da Multieducação foram encaminhadas. Elencamos os temas prioritários, a partir das proposições feitas, sendo aceitos e incorporados às duas Séries que serão publicadas: “Temas em Debate” e a “Multieducação na Sala de Aula”.

Dentre as diversas ações da Secretaria Municipal de Educação na produção dos fascículos, destacamos o trabalho dos professores na elaboração dos textos.

Sendo assim, houve fóruns de professores da Educação Infantil, Grupos de Estudos dos professores regentes de Sala de Leitura, Grupo de Representantes de professores de 5ª a 8ª série, bem como de professores da Educação de Jovens e Adultos.

Esperamos que a discussão do material produzido continue em todos os espaços das Unidades Escolares, das Coordenadorias Regionais de Educação e nos diversos Departamentos do Órgão Central, permitindo reflexões e conclusões.



Sonia Maria Corrêa Mograbi

Secretária Municipal de Educação

TROCANDO IDÉIAS!!!

1993

Senna é pole-position.

**Itamar Franco governa o país,
ressuscitando o fusca.**



*Itamar Franco acreditou que voltar
a produzir o antigo Fusca dinamizaria
a economia Brasileira.*

**A inflação roça os 40%
e o cruzeiro dá a sua vez
ao cruzeiro-real.**

A Tchecoslováquia deixa de existir,
dando lugar a duas novas repúblicas.

SURGE O PROCESSADOR PENTIUM.

Em 1993, essas e outras notícias estavam estampadas nos jornais, mas outras realidades eram vividas, de forma silenciosa, marcando a vida das pessoas comuns.

Nossas escolas não estavam informatizadas e não tinham fax. Nossos alunos eram em número de 625.265. Na época, ainda não existiam as Coordenadorias Regionais de Educação. A coordenação das escolas era feita pelos Distritos Educacionais (E/DEC). Havia os famosos “recados de pólo” que eram passados do E/DEC, por telefone, para uma escola, e desta, para as demais do complexo. Essa forma de comunicação demandava o registro do recado e de quem o recebeu para garantir que a informação fosse repassada de forma fidedigna.

Cada um de nós, temos certeza, ainda pode lembrar de muitas outras curiosidades. Alguns, como alunos e outros, já como profissionais.

Daquele ano até os dias de hoje, a Cidade do Rio de Janeiro passou a contar com a Linha Amarela, que integrou vários bairros; com o Favela-Bairro e o Rio-Cidade, começaram a ser desenhadas novas possibilidades, apesar da questão da violência.

Inúmeras famílias migraram trazendo seus costumes, linguagens e valores para somar e confrontar com os já vividos aqui, refazendo-se, todo o tempo, os contextos socioculturais em que vão sendo constituídas as identidades.

Nos dias de hoje, não só os deslocamentos geográficos permitem as trocas culturais, mas, principalmente, a exposição às mídias, que veiculam as informações e expressões das sociedades, comunidades, classes e toda ordem de grupamentos que se fazem e refazem nas complexidades das relações sociais.

Na educação e na escola, fundamentalmente, também são vividas todas essas mudanças. Seus currículos, entretanto, não se transformam com a mesma velocidade. As relações estabelecidas nos tempos/espços precisam ser desveladas e compreendidas para que o futuro seja pensado de forma qualitativamente superior ao presente. O currículo, assim visto, pode se tornar um instrumento de transformação, de justiça e de igualdade social, para servir à diversidade.

A história da escola pública da Cidade do Rio de Janeiro sempre contou com profissionais pioneiros e compromissados, que fizeram e fazem das novas idéias circulantes os motores para novas práticas e reflexões.

Quase a totalidade de professores talvez nunca tenha ouvido falar do *Tijolinho*, nome carinhoso dado à publicação curricular que orientou o trabalho escolar no início da década de 70, a chamada época do Milagre Brasileiro. Louvando a tecnologia e estando embebido da cultura da comunicação, levava o professor a trabalhar por atividades ou áreas de estudo. Alguns professores à época acreditavam que a escola era um lugar apenas de ciência e tecnologia. Mudamos até mesmo a forma de expressar os objetivos de ensino. Deixamos de levar o aluno a... e passamos a prever que o aluno seria capaz de ..., indicando o comportamento observável, o padrão mínimo de aceitação e as condições em que o comportamento deveria aparecer. Outros professores acreditavam, também, que aquele aluno que não aprendia necessitava de tratamento anterior com outros profissionais, *compensando* as defasagens intrínsecas da criança, o que possibilitaria sua aprendizagem.

Na década de 80, acreditava-se que tudo daria certo e que era importante rever o papel da escola na sociedade. Aos poucos, foi sendo construído um novo currículo que, em sua primeira versão, foi apelidado de *jornalzinho* para, depois de receber o título *Fundamentos para a Elaboração do Currículo Básico*, ser conhecido como o *Livro Azul*. Era a escola olhando-se como instituição social e querendo fazer a “*curvatura da vara*”. Foi implantado o Bloco Único, houve debates, mas muitas crianças não alcançaram o sucesso esperado.

Os currículos foram mudados, dando ênfase a aspectos que refletiam as formas de pensar em cada um dos períodos históricos pelos quais passamos.

Podemos dizer que, durante esses períodos, narramos a escola e a construímos na narrativa. É na linguagem que vamos constituindo novos significados para ela. É narrando que a identificamos com as estruturas político-administrativas, ideológicas e, até mesmo, com as idéias pedagógicas que muitas vezes são usadas apenas como embalagens caprichadas para um material adverso que, sem o invólucro, não aceitaríamos.

Em 1993, ainda no século passado, iniciamos a discussão para definir um currículo construído coletivamente. Foram idas e vindas de fascículos cheios de idéias e conceitos para serem discutidos, analisados, aceitos ou rejeitados. Foi grande a mobilização e o entusiasmo.

Encaramos a proposta curricular como o desafio de fazer das escolas públicas um lugar de acolhimento das diferenças, de respeito à pluralidade e de eco às múltiplas vozes: um espaço para ouvir as necessidades daqueles que sempre são excluídos das decisões, dos que estão muito mais no papel de subordinados do que no de protagonistas nas lutas pelas mudanças da qualidade nas relações sociais; um lugar de constituir conhecimentos, repensar e redefinir valores; um lugar privilegiado de lidar com as culturas próximas e distantes, vislumbrando saídas para todos aqueles que sofrem qualquer tipo de discriminação em seu desenvolvimento.

Para essa grande tarefa, dialogamos com os grandes autores da psicologia, da sociologia, da pedagogia e da filosofia. Continuamos os diálogos com outras áreas do conhecimento, mas, principalmente, definimos um currículo com base nos ideais de justiça e equidade, *atenado* com a vida cidadã, que vê cada indivíduo em sua singularidade e, ao mesmo tempo, como membro da sociedade, constituinte e constituído na imersão cultural efervescente e mutável.

Assim, fomos aos poucos construindo o Núcleo Curricular Básico Multieducação.

Chegamos a 2003 com a certeza de que precisaríamos retomar as discussões iniciadas em 1993.

Quantas crianças nasceram em 1993 e, em 2003, terminaram a 4ª série do Ensino Fundamental! Elas viveram e vivem uma escola pública norteadas pelos princípios educativos e núcleos conceituais previstos na Multieducação.

Outras, entretanto, não conseguiram o êxito desejado na alfabetização, o que nos faz pensar que o Núcleo Curricular Básico Multieducação precisa incorporar novas narrativas do saber/fazer/refletir pedagógico, servindo, assim, de alavanca para a escola que inclui todos na alegria de conhecer, na possibilidade infundável da transformação, na constituição crítica de valores, na perspectiva de ser e vir a ser .

Podemos falar sobre tantas coisas que já se tornaram passado e outras que incorporamos ao presente... De nada adiantaria olhar para trás, se não fosse para melhor compreender e avaliar os passos que iniciam a construção do futuro.

Acreditamos ser importante continuar a história da Multieducação, principalmente por ser um currículo que encaminha para uma permanente renovação. Demos início à discussão em 2001 e vamos continuar a caminhar tendo a intenção do necessário aperfeiçoamento.

Para melhor fazê-lo, precisamos de instrumentos e atitudes que auxiliem a análise dos contextos em que estamos inseridos. Isso significa o desvelar das relações de poder emaranhadas na estrutura social injusta e desigual, que também se reflete na escola e, principalmente, no desenvolvimento curricular, quando não estamos atentos.

Pensar nas questões curriculares continuará exigindo o repensar do Núcleo Curricular Básico como o fio com que tecemos a trama que nos permite falar de unidade na Rede Municipal de Ensino. Não basta chegarmos aí. Para dar certo, são necessários, também, os esforços internos de cada escola na identificação de suas características, possibilidades e necessidades. A Multieducação tem vários estágios de concretização.

A reflexão de agora precisa, mais uma vez, do constante movimento de ir e vir, de discutir e refazer idéias, de transitar, todo o tempo, entre o geral e o particular, entre o todo das escolas e o todo de cada uma das escolas, até chegarmos a incluir nas discussões as particularidades de cada um dos alunos. Na Multieducação precisam caber todos. Todos!

Enxergar os problemas e acertos de questões gerais, que envolvem totalidades, facilita a aceitação das críticas e dos fracassos como alguma coisa que não nos diz respeito, portanto mobiliza poucas mudanças. Muitas vezes, constatamos alguns resultados com a percepção de estarmos à frente de um quadro com o qual não nos identificamos como co-autores. Como exemplo, podemos citar os resultados do SAEB. Chegamos a fazer comentários sobre o fracasso das políticas públicas ou a melhoria de alguns aspectos, mas precisamos, cada vez mais, nos debruçar sobre a realidade de nosso município e, principalmente, de nossa própria escola, como um dos componentes do cenário analisado.

Quando precisamos reconhecer e interferir nas realidades nas quais estamos imersos, é grande a dificuldade que encontramos para assumir a faceta de pesquisadores e, muito mais ainda, a de co-autores dos movimentos de transformação, dois dos vários aspectos importantes e inerentes à função de professor.

O espaço/tempo em que discutimos o que acontece na nossa escola está repleto das questões de pertencimento ao grupo. Os aspectos difíceis passam por identificações. Problemas ou dificuldades estão carregados das fisionomias daqueles com os quais partilhamos as jornadas, de nomes, de funções e cargos, das histórias individuais e da história da composição do grupo. As idéias levantadas como os nós dos processos são perpassadas ou até mesmo formatadas pelas emoções inerentes ao vivido nas relações interpessoais.

Entretanto, imersos no grupo é que podemos compreender o que nos envolve, analisar o tecido do qual fazemos parte. Mas, para avançarmos no trabalho, há exigência de esforços coletivos, para podermos viver o processo de autoconhecimento e de preparação do futuro de forma produtiva, construindo avanços e gerando novas expectativas. O distanciamento propalado como necessário à pesquisa é possível sem o afastamento corporal, quando feito por meio de instrumentos de análise, de acompanhamento das mudanças e de muito empenho na transformação.

Estamos falando, então, de como a escola se organiza para responder às necessidades apresentadas por cada um de seus alunos nos processos vividos para aprender e para desenvolver-se no mundo de hoje, que incorpora aspectos do ontem e é prenhe do amanhã. *Estamos falando de Resposta Educativa.*

Responder às necessidades que cada aluno apresenta para aprender e se desenvolver é efetivar uma escola atual, já que, em tempos passados, era o aluno que precisava ajustar-se às exigências da escola, que, sem se dar conta, reproduzia a desigualdade e o imobilismo social.

Sendo responsabilidade de todos, a *resposta educativa* precisa ser pensada, discutida, desenvolvida e acompanhada por toda a comunidade escolar. Para ser de qualidade, a *resposta educativa* deve respeitar a regionalidade e as características culturais dos grupos que compõem a comunidade escolar, além de permitir a flexibilidade indispensável ao atendimento das particularidades de todos os alunos, inclusive daqueles

que apresentam necessidades educacionais especiais, com origem em algum tipo de deficiência, transtorno ou distúrbio no desenvolvimento.

A Multieducação foi gerada nessa perspectiva e precisa ser realimentada, para continuar sendo a resposta privilegiada às necessidades educacionais dos cidadãos de qualquer idade e grupamento que formam o conjunto de alunos de nossas escolas e creches. Sim, as creches. Agora precisamos discutir também esta modalidade da Educação Infantil, não considerada na primeira versão da Multieducação, porque a nossa rede não compreendia essa faixa etária da Educação Infantil.

Precisamos incluir em nossas preocupações educacionais os novos elementos que, passando a fazer parte do Núcleo Curricular Básico, deverão servir de norteadores para as respostas educativas a serem oferecidas às crianças de zero a 3 anos e 11 meses que freqüentam as creches; incluir novas práticas pedagógicas que dêem conta do desenvolvimento da educação para a autonomia, para a solidariedade, para o respeito e a compreensão da diversidade no que tange às crianças ainda tão pequenas. Esse é um tempo privilegiado do desenvolvimento, em que a aprendizagem possibilita grandes ganhos na arquitetura cerebral.

É importante definir caminhos para incluir crianças e suas famílias em um novo processo, que conceba o cuidado e a educação como aspectos que se complementam, resultando em atenção integral às necessidades particulares enfrentadas por cada um dos meninos e meninas sob nossa responsabilidade, no importante trajeto de aprender e se desenvolver em um mundo que nos constitui, ao mesmo tempo que é constituído por todos nós, nas subjetividades configuradas social e culturalmente.

Precisamos também, ampliar nossas discussões para acolher os jovens e adultos que retornam à escola. Já estamos experimentando essa inclusão desde 1985, com resultados reconfortantes, faltando, agora, incorporar toda a rede no debate.

A educação escolar daqueles que voltam à escola ou daqueles que a procuram pela primeira vez, quando deixam de ser crianças, nos remete à responsabilidade apresentada pela urgência da transformação. Na educação dessas pessoas, estão entrelaçados aspectos da vida adulta que abrangem as estruturas cognitivo-afetivas e, principalmente, o peso dos estigmas e dos papéis sociais, exigindo novas configurações para o desenvolvimento

dos conhecimentos, conceitos, valores e significados propostos para o ensino fundamental.

Com base nas experiências e estudos do grupo que, de forma pioneira, vem desenvolvendo os trabalhos do Projeto de Educação Juvenil - PEJ I e PEJ II -, precisamos aglutinar novas reflexões e práticas que, temos certeza, irão promover, cada vez mais, a inserção desses sujeitos que precisam da escola como passaporte para a inclusão social.

Para conceber uma resposta educativa de qualidade, precisamos estar muito atentos ao fenômeno da não-aprendizagem. Muitas vezes justificado, atribuindo a culpa, ora aos próprios alunos e às suas famílias, ora aos problemas sociais ou ainda à dificuldade encontrada pelos professores, esse fenômeno tão antigo precisa ser enfrentado, isto é, visto realmente de frente como problema a ser equacionado, principalmente, por nós, professores.

É necessário encontrar respostas a questões como: *“Todas as crianças são capazes de aprender a usar adequadamente a leitura e a escrita?”*; *“O que vem fazendo com que um grupo de alunos não consiga sucesso ao final dos três anos do ciclo?”*; *“Por que muitas crianças e jovens não se interessam pela escola?”*; *“A não-aprendizagem está relacionada às questões de auto-estima?”*; *“A dificuldade para alfabetizar está no método?”*

Empiricamente, podemos observar que alguns professores gostariam de voltar a tempos passados e reprovar essas crianças, já no 1º ano de escola, porque suas aprendizagens não acompanham as de seu grupo-referência ou não são consideradas suficientes pelos critérios adotados. Outros professores, acreditando em outros pressupostos, defendem a idéia da não-reprovação, por todo prejuízo que acarreta a crianças ainda tão pequenas. Todos, todos querem o que acreditam ser o melhor para seus alunos. Como saber, porém, o que é melhor para cada um de nossos alunos?

Alguns professores utilizam e defendem o uso da cartilha e seguem seus manuais. Há professores que, sendo estudiosos da linha construtivista, desenvolvem e defendem outros tipos de práticas educativas. Com todos esses professores, temos alunos que aprendem muito em pouco tempo e alunos que avançam muito pouco durante muito tempo, fazendo-nos refletir sobre a imposição de uma só escolha como promotora do sucesso ou do fracasso escolar.

Nos dias de hoje, precisamos construir práticas e reflexões sobre o ensino e sobre a aprendizagem da leitura e da escrita imersas nos conhecimentos construídos historicamente.

As características do *ambiente alfabetizador* e o contato com a língua escrita anterior à experiência escolar, são dois dos temas encontrados como ícones para o êxito no ensino da língua escrita. De que maneira cada um de nós vem construindo essas idéias?

Quantas vezes acreditamos que a simples exposição aos cartazes e rótulos poderia ser considerada como o contato propalado com a língua ou como indispensável ao cenário de uma sala de aula. Quem sabe precisamos refletir acerca das mediações vividas pelos alunos durante essas exposições.

Para ter interesse, manter acesa a curiosidade, para querer sempre saber mais e com isso desenvolver-se, a criança precisa estar exposta, sim, mas tendo quem apresente a ela a magia do que está sendo comunicado, quem chame atenção para semelhanças e diferenças, para as cores, formas e traçados, para o movimento da esquerda, para a direita e de cima para baixo a ser feito por olhos que querem dialogar com a imagem que, de princípio, para os não iniciados, parece caótica.

Mergulhar na intimidade da vida de cada uma das crianças sob nossa responsabilidade, nos permite começar a compreendê-las e a encontrar motivos para investir em suas aprendizagens. É convivendo com as famílias e vizinhanças que o mundo começa a fazer sentido para elas; é com esses grupos que iniciam sua trajetória de ver e compreender a vida prática e de construir conceitos sobre tudo aquilo com que se relacionam, e com eles vão conhecendo os sabores e dissabores da vida. É principalmente nos diálogos que estabelecemos com cada uma das crianças e com as pessoas que as cercam que vamos encontrando o fio condutor, para fazer de nossas linguagens a intercessão de tantas outras linguagens que experimentarão nas trocas com os novos grupos com que irão se relacionando ao longo de seus desenvolvimentos.

Na história da vida cotidiana de cada um de nossos alunos, poderemos descobrir as formas de ensinar, porque estaremos compreendendo as maneiras de pensar, valorizar e significar os conteúdos culturais.

Na pauta das discussões mais calorosas e freqüentes, também estão as chamadas dificuldades de aprendizagem e o transtorno de atenção e

hiperatividade. Com outros nomes, essas e outras entidades nosológicas são utilizadas para justificar o insucesso escolar, desde a década de 70 do século passado.

Em qualquer dos lados em que nos encontremos, isto é, qualquer que seja nossa opção teórico-prática, teremos partes da verdade, nunca verdades inteiras. Precisamos estar sempre duvidando das respostas e conclusões prontas e, às vezes, apressadas, para investirmos na descoberta de novas verdades. As tentativas de construção de novos conhecimentos nos deixarão frente a frente com novas expectativas e novas possibilidades de ver, interagir e dialogar com as diversas realidades.

Mesmo sabendo que as verdades não são absolutas, porque dependentes do tempo/espaço social de que emergem, temos a certeza de que a escola ainda é fundamental na vida das crianças da Cidade do Rio de Janeiro e que, pela interação dialógica, todos nós, alunos e professores, construiremos novos significados para os processos de ensinar e aprender. Só crescemos quando crescemos juntos.

Nós, profissionais da educação, temos, nos dias de hoje, tarefas bem diferentes das que havíamos previsto durante nossas formações. A diversidade dos sujeitos de cada escola, assim como a adversidade vivida por muitos deles e por grupos inteiros, não nos são apresentadas quando nos preparamos para o exercício da profissão. Não nos disseram ou dizem que a natureza de nossa atividade está sujeita às questões vividas nas conjunturas sócio-históricas em que estamos mergulhados com os alunos. Quais seriam as respostas educativas a serem dadas nos dias atuais? Se ainda não temos as respostas, vamos construí-las no debate democrático e na coexistência compromissada.

Na escola, todos os professores devem se preocupar com a qualidade de interlocução desenvolvida com todos os membros da comunidade. A interlocução deverá estar sempre apontando para novas aprendizagens, para as formas mais avançadas de pensar o mundo e de conviver no espaço/tempo simultâneo que incorpora aspectos vividos na história individual e coletiva às dificuldades e alegrias dos momentos presentes e, ainda, à interface com a construção do amanhã.

Afinal, inclusão implica constituição de conhecimentos, pois não basta manter o aluno na escola. Sua permanência deve ser revestida de qualidade,

sem o que estaremos reproduzindo a exclusão social que nossas crianças e jovens vivem fora da escola.

Muitas vezes, caímos na armadilha da aculturação, imaginando trabalhar pela inclusão. Acreditamos que nossos alunos só poderão ter sucesso social se aprenderem todos os conteúdos que nos foram exigidos durante nossas vidas de alunos, ou aqueles que imaginamos que serão cobrados nos concursos que terão que fazer, para continuar na competição desenfreada pelos postos de maior prestígio social.

Nesse aspecto também fazemos escolhas e, quase sempre, nos pautamos pelas fórmulas já experimentadas por outros, talvez por medo de errar ou ainda por não estarmos acostumados a tomar decisões. Em termos escolares, temos idéias mais tradicionais - quem sabe conservadoras? - do que gostaríamos de admitir.

Há momentos em que discordamos, quando solicitados a definir os conteúdos considerados essenciais, porque tudo parece prioritário na formação dos alunos e porque não queremos ser responsáveis por um ensino que poderá ser considerado de segunda categoria por profissionais que nos irão suceder. Em outros momentos, reclamamos que os programas são muito extensos e que vários itens já não são necessários na atualidade.

Muitas vezes, nos guiamos pelo livro didático como lei, ou norma a ser seguida, sem discussão; em outras, fazemos muito barulho, porque uma proposta apresentada é encarada como regra a ser cumprida e, portanto, considerada autoritária.

Quantas vezes fomos a favor da supressão das Artes e da Educação Física por considerarmos Português e Matemática como únicas disciplinas importantes! Em outros momentos, criticamos outros atores sociais por não proporcionarem, às crianças e jovens, a cultura, o lazer e os esportes, indispensáveis à aprendizagem de regras, ao desenvolvimento da imaginação e à ampliação das formas de expressão.

As escolhas precisam ser muito bem pensadas. Não podem ser guiadas somente pelas necessidades da vida prática, tampouco basta-se pela tradição ou senso comum e muito menos pelo momento vivido. Precisamos estar sempre atentos para saber que aprendizagens promovem o desenvolvimento, que ideologias estão balizando nossas escolhas e a que estruturas sociais elas poderão servir. A seleção de conteúdos, assim como

os procedimentos de ensino, estão repletos de significados embutidos que, muitas vezes, reforçam as práticas sociais discriminatórias .

Quando trabalhamos com os princípios educativos e núcleos conceituais como norteadores dos trabalhos desenvolvidos em nossa escola, questões como essas podem ser superadas. E as discussões favorecem a re-significação de amplos aspectos curriculares.

Entretanto, observamos que, para dar certo, é necessário superar os posicionamentos rígidos que transformam a articulação entre Princípios Educativos e Núcleos Conceituais em cruzamentos estáticos, a partir dos quais se estabelecem os planejamentos curriculares. Devemos considerar a relação entre Princípios e Núcleos como algo dinâmico, entrelaçado, onde existe não apenas a possibilidade de ampliação, de novas construções ou perspectivas, mas também a alternância de posições, ou seja, um Princípio pode vir a ser também desenvolvido como um Núcleo Conceitual, e vice-versa, no desenrolar de nossos debates e trabalhos. O importante é perceber que Princípios e Núcleos são o alicerce a partir do qual o Núcleo Curricular Básico, com seus desdobramentos nos currículos de cada uma das escolas e creches, vai sendo vivido desde o planejamento até os momentos da avaliação.

Nesse sentido, é preciso estarmos atentos às recomendações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que apresentam como elementos norteadores das ações pedagógicas os Princípios Éticos, Políticos e Estéticos que fundamentam a articulação entre as áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã.

Anterior às Diretrizes, a Multi, em sua forma original, não contemplou, explicitamente, esses princípios que, agora, precisam ser incorporados às nossas discussões e práticas.

Finalmente, faz-se necessário esclarecer que o Núcleo Curricular Básico Multieducação somente se materializa no momento em que cada comunidade escolar define seus principais objetivos, tendo por base sua realidade local, o contexto em que se encontra e o conhecimento de seu grupo de alunos. A comunidade escolar, como protagonista, planejando o currículo escolar ao som das múltiplas vozes presentes na tessitura da Multieducação, estará estabelecendo os principais aspectos a serem considerados nos planos dos diferentes professores e nas demais decisões.

O PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DA MULTIEDUCAÇÃO

A atualização do Núcleo Curricular Básico Multieducção teve início em 2001. A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Departamento Geral de Educação, promoveu encontros com todos os professores do 1º Ciclo de Formação, para que pudéssemos ouvi-los e estabelecer uma discussão sobre o trabalho desenvolvido. Ainda nesse ano, foram criadas dez Comissões de Professores correspondentes às Coordenadorias Regionais de Educação.

Cada comissão foi composta por 10 professores, totalizando 100 profissionais. Mesmo com a substituição de alguns deles, as comissões compõem um fórum permanente de 100 professores que discutem e fomentam o aperfeiçoamento das práticas e reflexões sobre o ensino que se reorganiza para fazer a diferença.

As Comissões de Professores funcionam como interlocutoras do Órgão Central, representado pelo Departamento Geral de Educação, com a Divisão de Educação da E/CRE e as Unidades Escolares.

Além dos debates sobre o 1º Ciclo de Formação, em 2002, desenvolveu-se um estudo sobre o processo de avaliação, culminando com a elaboração de uma nova Resolução de Avaliação.

Em 2003, de forma mais intensa, ouvimos as Escolas, as Coordenadorias e as diversas unidades que compõem o Órgão Central, para discutirmos a necessidade de atualização do Núcleo Curricular Básico Multieducção.

Foram realizadas reuniões com as diferentes unidades orgânicas do Departamento Geral de Educação (E/DGED), com as Divisões de Educação e as demais divisões das Coordenadorias Regionais de Educação - 1.082 profissionais das E/CREs participaram desses encontros, nos quais foram apresentadas as principais questões que entendiam como sendo necessárias à atualização da Multieducção. Com o mesmo objetivo, 909 unidades escolares - 87% - discutiram e apresentaram propostas.

Os professores interessados em aprofundar as discussões e em capacitar-se participaram de encontros dinamizados pelas Comissões de Professores de cada Coordenadoria Regional de Educação.

Para a coleta de dados, utilizamos um instrumento de simples preenchimento, com três questões a serem respondidas:

1. O que falta no Núcleo Curricular Básico Multieducação?
2. O que necessita ser aprofundado?
3. Sugestões.

Também em 2003, uma comissão de professores de 5ª a 8ª série iniciou uma discussão sobre os aspectos importantes relacionados a cada uma das áreas do conhecimento que compõem a grade das séries finais do Ensino Fundamental.

O material produzido será impresso em fascículos, a princípio organizados em duas séries: **Temas e Debates** – para discussões de caráter mais teórico – e **Multieducação em Sala de Aula** – para propostas mais relacionadas à prática pedagógica, sendo que procuraremos atender, inicialmente, às solicitações dos temas que foram apontados com mais frequência.

Nosso objetivo principal é dar continuidade às discussões e à produção de conhecimentos, constituindo um espaço sempre disponível para debates e sugestões que sejam do interesse dos professores e concorram para o aperfeiçoamento do trabalho escolar.

Impressão e Acabamento

Imprinta Express Ltda.

Tel - 021 3977-2666

e-mail: comercial@imprintaexpress.com.br

Rio de Janeiro - RJ - Brasil